



A feira de Campina Grande: tradição e identidade*

La feria de Campina Grande: tradición e identidad

Maristela Oliveira de Andrade ¹

Resumo: *Este artigo apresenta uma etnografia da feira de Campina Grande como uma instituição multifacetada que abrange aspectos econômicos, sociais, culturais e patrimoniais, com foco na tradição como elemento central e, no seu lugar na formação da identidade da cidade. No percurso etnográfico o objetivo foi desvendar a dinâmica da feira em vários planos: o espacial relativo à distribuição dos bens comercializados; o da variedade dos bens e dos seus integrantes, para compor este cenário múltiplo e complexo. Com a decadência da feira, a cidade viveria sucessivas experiências frente a instituições, além da feira, suas universidades, e festa junina, que assumiram um papel simbólico marcante no processo de reconfiguração identitária da cidade. Do diálogo de saberes, científico e popular, a feira pode vir a ser repensada e reintegrada ao imaginário dos seus moradores, como um bem patrimonial imaterial.*

Palavras-chave: *Bens culturais, Identidade, Patrimônio imaterial, Diálogo de saberes.*

Abstract: *Este artículo presenta una etnografía de la feria de Campina Grande como una institución multifacética que abarca aspectos económicos, sociales, culturales y patrimoniales, con foco en la tradición como un elemento central y su lugar en la formación de la identidad de la ciudad. En la trayectoria etnográfica el propósito fue desvendar la dinámica de la feria en varios planes: el espacial con respecto a la distribución de los bienes comercializados; el de la variedad de los bienes, y de sus integrantes para componer este escenario múltiplo y complejo. Con la decadencia de la feria, la ciudad viviría sucesivas experiencias frente a instituciones, de la feria, de sus universidades, y de la fiesta junina que asumieron un rol simbólico y notable como reconfiguración de la identidad de la ciudad. Del diálogo de los saberes científico y popular, la feria podría ser repensada y reintegrada al imaginario de sus habitantes como un bien patrimonial inmaterial.*

Clave de palabras: *Bienes culturales, identidad, patrimonio inmaterial, diálogo de saberes.*

*Este artigo foi publicado como capítulo do livro de minha autoria *Cultura e tradição nordestina: ensaios de História Cultural e Intelectual*, no ano de 2000, e atualizado para título de publicação online. In: *Cultura e tradição nordestina: ensaios de História Cultural e Intelectual*. João Pessoa: Manufatura, 2000, p. 54 – 75.

¹Doutorado em Étude Latino-Americaine/ Anthropossociologie des Religions – Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine – IHEAL, Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle). É Professora Titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba, e atualmente atua como professora voluntária nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Criou o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente do qual é coordenadora adjunta.. E-mail: andrademaris-tela@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7393-3977>



Introdução

[...]uma feira vale universidade popular, visão autêntica das indústrias caseiras, do artesanato sobrevivente do maquinário padronizador da presença de compradores, vendedores e curiosos que trazem o caráter espontâneo dos costumes e gestos habituais[...]

Câmara Cascudo 1973

As palavras de Câmara Cascudo captam com extrema sensibilidade a natureza desta instituição tradicional e traduzem a visão da feira retratada no presente trabalho, que incorpora deste autor mais do que de qualquer outro, um modelo de estudo etnográfico.

Este trabalho foi publicado vinte anos atrás como capítulo de livro da autora (ANDRADE 2000), sendo esta publicação em formato eletrônico resultado do êxito do seu uso em sala de aula para alunos de graduação, por despertar reflexões e o interesse pelas feiras de suas respectivas cidades. Ensejada pelo editor desta revista que propôs torná-lo mais acessível, foi para mim como um presente por ter revivido aquela experiência. O texto recebeu algumas alterações para uma atualização e redução dos excessos de uma visão essencialista e regionalista da cultura, da qual não compartilho mais. O texto original resultou do relatório final da primeira pesquisa institucional de iniciação científica que coordenei no período de 1988-1991, após ingressar como professora no Departamento de Sociologia e Antropologia em 1985, da atual Universidade Federal de Campina Grande. A pesquisa contou com a colaboração de vários alunos do curso de ciências sociais desta universidade, bolsistas e voluntários, aos quais agradeço de forma especial pela dedicação, motivação e valiosas trocas.

Inicialmente a pesquisa tinha o propósito de construir um inventário dos bens culturais existentes no âmbito da feira de Campina Grande, entendidos como produtos de fabricação artesanal de indústrias caseiras e pequenas oficinas, serviços de características rústicas ou arcaicas, além de produtos industriais de segunda mão, reciclados ou sucateados. A peculiaridade desses produtos industriais estava na forma de comercialização, o troca-troca, e seus locais de venda em área livre e em pitorescos armazéns de ferro-velho. Este primeiro desenho da pesquisa se articulava a um interesse de patrimonialização dos bens da cultura imaterial, visando subsidiar uma eventual proposta da feira como patrimônio imaterial de Campina Grande (MAGALHÃES 1985).

Entretanto, em face das dificuldades e dos custos elevados naquela época para o registro fotográfico dos bens e das indústrias artesanais, e o registro em vídeo sobre a dinâmica das vendas e dos artesãos em ação naquela época, dei conta do quanto ambicioso era o projeto, e me contentei em reunir os dados obtidos para compor uma etnografia da feira. Porém, por ser minha primeira experiência com a etnografia, pensei que se tratava de um trabalho descritivo de limitadas ambições teóricas. Porém, outras dificuldades tive que enfrentar, diante da complexidade do campo a ser etnografado pelo seu caráter multifacetado composto de aspectos sociais econômicos, culturais e patrimoniais a serem levados em conta. Era preciso começar por delimitar o campo com os elementos que se mostraram mais relevantes para uma caracterização da feira que melhor expressasse a sua dinâmica.

A tradição se mostrou como a categoria central para uma visão panorâmica da feira, de modo que foi o eixo adotado para realização do percurso etnográfico. A feira vinha sofrendo um impacto importante do modelo capitalista de distribuição de alimentos, com o advento dos supermercados, porém, ela permanecia como uma instituição de mercado com características predominantemente tradicionais com um público fiel. Apesar disso, a feira não havia mudado sua feição de modo que a tradição se impôs como um elemento empregado para compreender sua lógica interna e seus laços externos com a cidade.

Como a categoria tradição está intimamente ligada a uma prática enraizada na cultura do povo, a feira constitui um espaço privilegiado e um laboratório destas práticas tradicionais, que sofrem adaptações a um contexto novo de massificação de produtos industrializados. Esta mistura de práticas arcaicas com as práticas novas adaptadas a uma realidade moderna se articulam ao conceito de cultura popular, conforme a concepção aqui adotada. O conceito que se mostrou mais pertinente aos propósitos deste trabalho foi proposto por Santos (1986: 43) que vincula a cultura popular “às formas de pensamento e ação das populações mais pobres de uma sociedade”. Assim, a cultura popular se manifesta não apenas pelas práticas, conforme visão utilitária e pragmática da cultura dos pobres, mas pelas formas de pensamento, que pressupõe uma produção de bens simbólicos ligados tanto ao saber quanto ao fazer. A ligação entre o popular e os pobres pareceu uma ideia bem apropriada, para não entrar nos longos debates sobre



a noção de popular.

Assim, no universo complexo de produtos comercializados na feira podem ser identificados aqueles enquadrados na categoria do “fazer”, como também os relativos ao “saber”. Neste sentido, me inspirei no conceito de bens culturais de Magalhães (1985) para quem esta noção ultrapassa o valor histórico dos bens móveis e imóveis vinculados ao passado, ou bens artísticos (criações individuais espontâneas de diferentes formas de expressão artística) de gosto e consumo elitista, os alvos da patrimonialização por décadas (1985). Entretanto, ele alarga a noção de bens patrimonializáveis para inserir os bens originários do fazer popular “que por serem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais” (MAGALHÃES 1985). O emprego deste conceito nesta pesquisa veio responder à necessidade de um termo de significação abrangente, que englobasse os diferentes segmentos da feira, que passaram a constituir o objeto de estudo desta pesquisa.

Para começar a caracterização da feira, optei por reunir informações históricas sobre a fase inicial de formação da feira, para fundamentar a relação histórica entre a feira e a cidade. Em seguida, busquei uma apreensão dos aspectos formais de uma estrutura espacial interna da feira, depois dos tipos de personagens que circulam e vivem dela, além de uma breve tipologia dos bens artesanais comercializados. Por fim, foi construída uma interpretação do papel da feira no conjunto das atividades econômicas na construção da identidade da cidade. A pesquisa de campo foi conduzida no sentido de colher dados que subsidiassem a formação de um quadro amplo sobre a feira, considerando os elementos já assinalados. Deste modo, foram privilegiados os aspectos materiais da feira e suas interações com os personagens que compõem a paisagem humana da feira.

1. A feira, aspectos conceituais e teóricos

Para situar a feira no tempo e no espaço, procurou-se construir um quadro conceitual e teórico dessa instituição tradicional de mercado, com a intenção de melhor fundamentar a visão da feira para um diálogo com as observações tiradas *in locu* na pesquisa empírica. E para construir uma interpretação da feira de Campina Grande como espaço privilegiado da experiência dos moradores da cidade.



Câmara Cascudo associa a origem do termo feira à denominação latina *feria*, que segundo ele significaria festa, solenidade, dia votivo. Por sua vez *fair*, a denominação francesa de feira, estaria associada à noção de periodicidade. Já o termo grego *panegyris* para designar feira significa uma grande assembleia, ou grande multidão reunida (CASCUDO 1973).

Esse rápido exame sobre a significação original da palavra feira em línguas greco-latinas, anuncia suas características distintivas, embora Cascudo não tenha avançado no estudo da feira, produziu suas análises em torno da instituição do comércio, cujas análises podem ser extensivas a ela. Sua teoria sobre o comércio sugere uma relação estreita entre a abertura de caminhos e estradas com a atividade comercial, acentuando o seu papel como fator de comunicação entre comunidades e nações distintas. Cascudo resume estas ideias a seguir:

O comércio abre, fixa, conserva, populariza a estrada na continuidade dos tráfegos. Através dele os povos se submetem à uma influência recíproca que atinge diversos setores de atividade, indo “do idioma à culinária” (grifo da autora) (1973: 186).

Por fim, Cascudo vai ressaltar a importância da feira como uma exposição etnográfica, tendo em vista a riqueza de significados que se pode extrair do conjunto do material ali exposto, e das condições em que é comercializado, compondo as características presentes em qualquer feira, esteja ela em qualquer lugar do mundo. Ele destaca ainda outros aspectos singulares da feira que adquirem a maior importância para alguns estudiosos, como antropólogos, etnógrafos e folcloristas (1973).

Mott (1975) em pesquisa sobre a feira no baixo São Francisco em Sergipe percebeu a diversidade de interações sociais na feira, porém destacou que seu caráter dominante estava na sua dimensão econômica, com base na relação entre feirantes e compradores e seu papel na renda de um grande número de pessoas. Neste estudo a ligação histórica entre a feira e a cidade confere a ela um papel além do econômico, um papel simbólico, através do qual a feira passou a integrar as representações sociais da cidade, tornando-se um elemento importante da identidade nordestina, bem como da cidade.

Para um estudo com foco em outras dimensões da feira, pude encontrar em Fe-



atherstone (1995) uma visão que se aproxima mais da visão que espero imprimir neste texto, ao tomar a feira como espaço de diversão, pela atmosfera festiva de que elas se revestem habitualmente. Ele compara a feira no passado, como espaço onírico e do fantástico, com a experiência atual da cidade, qualificando-as como lugares de desordem cultural e fontes de fascínio, desejo e nostalgia.

[...] as feiras proporcionavam um imaginário espetacular, justaposições bizarras, confusões de fronteiras e um mergulho numa *melée* de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas (Featherstone 1995: 43).

Esta visão se aproxima daquela que eu mesma havia construído em minha memória, e como experiência de alteridade que guiou minha escrita etnográfica.

2. A feira de Campina Grande, breve histórico de sua formação

Em sua pesquisa histórica sobre a Paraíba, Joffily (1977 edição original 1892) detectou o “primeiro sinal de comércio interno”, na então capitania da Paraíba, em Campina Grande, onde teria se instalado o mais antigo núcleo de povoação situado entre a zona do brejo e o sertão. Núcleo que adquiriu muito cedo um domínio sobre as duas zonas, no que diz respeito à jurisdição eclesiástica. A posição estratégica deste núcleo inicial de povoação seria preponderante para o estabelecimento da principal via de acesso rumo ao interior, e que daria origem “à primeira e única estação do planalto da Borborema” (JOFFILY p. 1977). Com referência ao aparecimento da feira propriamente dita, o autor traça uma rota das feiras no caminho para o interior, através de deslocamentos sucessivos até alcançar Campina Grande, onde a feira se instalou em caráter definitivo. A primeira feira que deu início a esta rota, se instalou na vila de Igarassú, sendo logo transferida para Goiana, de onde deslocou-se para Pedras de Fogo no limite entre Pernambuco e a Paraíba, e daí foi para Itabaiana onde fixou-se. Este processo resultou da atividade de produção de gado de açougue, voltada para o maior mercado consumidor de Olinda e Recife. A rota identificada por Joffily (1977) se estendeu até alcançar Campina Grande, onde já havia uma feira de gado, considerada tão ou mais importante que a de Itabaiana. As duas feiras eram realizadas em intervalos de quatro dias entre uma e outra, e formaram o principal mercado de “todo o Norte” (JOFFILY 1977: 227).



Campina Grande não era simplesmente um pouso, um lugar de descanso para os animais e tropeiros. Mas a estalagem, a parada obrigatória, o ponto terminal de longa caminhada. Aqui operavam-se as permutas, as trocas comerciais. Vendiam-se os produtos do sertão, principalmente algodão, couros e queijos e compravam-se as mercadorias para o abastecimento das zonas secas (ALMEIDA 1979: 107).

Desta forma se desenvolveu um comércio interno baseado na troca de produtos provenientes da zona pastoril e dos produtos agrícolas, encontrando nas feiras a condição para este intercâmbio. A construção do Açude Velho em 1830 veio assegurar água para os animais dos tropeiros de forma permanente, superando os efeitos climáticos constantes da seca, evitando o desvio da rota dos tropeiros para o atendimento de suas necessidades e da tropa (ALMEIDA 1979).

A primeira lei a disciplinar o funcionamento da feira foi a lei de nº 62 de 18/07/1862, que determinava o dia e local de funcionamento entre outras regulamentações envolvendo a limpeza, que era atribuição do feirante e não do poder municipal, ou as penalidades aplicadas aos provocadores de distúrbios no recinto da feira entre outras. A localização da feira foi motivo de inúmeras querelas entre os partidos políticos então vigentes, que determinavam segundo seus interesses privados, o local da realização da feira. Resolvidas as querelas, ela foi finalmente transferida para o local onde se encontra hoje (ALMEIDA 1979).

A relação histórica da feira com a origem e o crescimento da cidade de Campina Grande marcou este processo que se estendeu ao longo de séculos, resultando na vocação comercial da cidade, como um importante entreposto comercial de âmbito regional. A atividade comercial da cidade conheceu seu apogeu por volta da década de 1930, com o comércio de algodão, em que a cidade foi a maior praça de comércio de algodão do país destinado ao mercado externo. Com a decadência do mercado de algodão, a cidade viveu uma profunda crise econômica agravada com a perda progressiva da sua posição de pólo regional de comércio para uma extensa área do sertão, devido a implantação de uma malha rodoviária que facilitou a atividade comercial em centros menores.

3. Uma descrição etnográfica da feira de Campina Grande

A pesquisa empírica sobre a feira de Campina Grande, complementada pela memória pessoal da autora como antiga moradora desta cidade, ensejou a escrita desta

etnografia como esforço de interpretar o seu papel simbólico para formação de uma identidade da cidade. Minha infância vivida em Campina Grande deixou como um legado na memória, imagens muito vivas da sua grandiosa feira, de tal modo que após longos anos afastada da cidade, ao retornar para trabalhar na universidade, logo identifiquei na feira um valioso campo de estudo. Ao revisitá-la não percebi, à primeira vista, mudanças substanciais em seu aspecto geral, em relação às visões guardadas do seu passado de quase três décadas. Entretanto, ela parecia haver perdido o seu antigo brilho prestígio e a atmosfera de alegria, deram lugar a uma visão de decadência e um ar de melancolia. Nas imagens do passado, ela exibia uma atmosfera agitada e animada por um ir e vir constante de fregueses seguidos de seus balaieiros carregando balaios cheios de provisões semanais das famílias. Pelo tortuoso caminho entre as barracas, paradas para as transações com os feirantes sempre regateando os preços e encontros casuais com amigos e conhecidos para uma conversa rápida, formando um cenário alegre e descontraído, em que a tarefa de recompor o abastecimento doméstico era uma experiência rica e calorosa.

Por outro lado, em minhas reminiscências infantis, a feira era percebida com um misto de lembrança positiva e negativa, chamando atenção principalmente o seu tamanho exagerado para uma criança, provocando medos peculiares a uma mente infantil de se ver repentinamente sozinha e perdida no meio da multidão de gente estranha, naquele labirinto de barracas, formando um quadro confuso e quase onírico. A feira apresentava-se como um ambiente radicalmente diferente da casa, no seio familiar. Aliás, a comparação entre o mundo da casa e o mundo da feira remete a Da Matta em Casa e a Rua (1997). A casa como aquele espaço acolhedor e de fácil domínio com seus recantos bem conhecidos e explorados de forma segura; a feira com seu tamanho imenso em relação a casa, daí o medo de se perder. A sujeira e a desordem da feira eram outros grandes contrastes com o universo da casa.

A sujeira era uma característica comum à maioria das feiras nordestinas, constituindo-se um problema que requer solução pelo poder público, que negligencia sua atuação nesta área tão sensível a saúde pública. A desordem da feira se manifesta ao se observar o traçado do mapa da cidade, em que se nota a regularidade das ruas centrais. Porém, o alinhamento das ruas passa despercebido, em razão da desordem



visual causada pelo amontoado de barracas que vão se sucedendo ao longo das ruas.

Os antigos fregueses mais abastados passaram a se abastecer nos modernos supermercados, e os que se mantêm fiéis à feira vão em busca de determinados itens regionais ou pelo pitoresco de alguns lugares, de modo que o tempo de permanência na feira tem sido bem mais reduzido. Restaram os fregueses mais pobres e aqueles mais apegados à comida regional, os produtos típicos como as rapaduras, goma de mandioca, carnes de sol, queijos de manteiga e coalho, o milho e as frutas de estação da região como os umbus, umbu-cajá, caju, pinhas, jabuticaba, pitomba e outras frutas menos comuns como tamarindo e macaíba.

Em meio à visão da desordem, pode-se perceber uma ordem espacial no tocante a distribuição dos diferentes itens da feira, definida em setores de acordo com os produtos predominantes, podendo se distinguir várias feiras dentro da grande feira, que servem de pontos de referência e de orientação aos frequentadores, ou pontos de encontro. Foi possível distinguir as seguintes: feira de frutas; verduras; cereais; feira de carne; peixes; galinhas; feira de queijos e doces; de raízes; feira de flores; fumo; feira de mangalhos; de redes; troca-troca. Essas pequenas feiras, cuja lista não esgota todos os itens comercializados, ocupam espaços maiores ou menores. Algumas ocupam toda a extensão de uma rua em ambos os lados, como a feira de frutas; outras ocupam porções reduzidas como a feira de flores, ou de fumo. Outras feiras são abrigadas dentro do mercado central como a feira de carne, peixes, cereais e produtos de mercearia, havendo produtos comercializados em armazéns.

A feira de mangaio ou mangalhos estende-se ao longo de uma das ruas mais compridas da feira, e se distribui em armazéns, barracas, e até camelôs. Ela se caracteriza pela diversidade de produtos identificados com esta denominação, que vão desde os utensílios domésticos (urupemas, raspa coco, colheres de pau, facas peixeira etc) e os de trabalho, para criação de animais e para caça, como gibões, selas, bisacos, apitos de chamar passarinho, brinquedos populares entre outros, todos produzidos artesanalmente. A feira do troca-troca situa-se em uma área externa fora dos limites da feira, que se caracteriza como um setor marginal onde produtos de segunda mão são vendidos sem as devidas notas fiscais, havendo trocas não monetárias de um produto por outro,



envolvendo bens os mais diversos, de relógios e rádios a bicicletas. Não há uma rigidez nesta distribuição dos setores e itens da feira, porque eles podem aparecer fora do setor específico, essa setorização da feira teria surgido espontaneamente, facilitando ao comprador a localização dos produtos desejados, a comparação de preços e qualidade de produtos similares.

Com esta espacialização é possível esboçar um desenho imaginário da feira formada por uma espécie de quadrilátero, tendo no centro o mercado central e em torno dele, as diferentes feiras assinaladas se irradiando pelas ruas adjacentes. Contudo, ela extrapola os seus limites para áreas marginais onde estão as feiras de flores e fumo de um lado, e onde se encontra a zona do meretrício, havendo um casarão antigo que abriga o mais velho desses bordéis. Fora do quadrilátero da feira após a Avenida Canal havia em um terreno descampado uma feira dos burros e do troca-troca, em que convivem lado a lado a mais tradicional que ressalta o mundo rural, e a de bens industrializados, alvo de inspeções policiais esporádicas por abrigar um comércio ilegal.

A feira funcionava em dias específicos, passou a funcionar diariamente e com isso a desorganização da feira passou a ser perene, e as barracas deixaram de ser desmontadas, permanecendo abandonadas e vazias nas ruas, nos horários fora de funcionamento. Este desarranjo reforça a visão de decadência da feira.

Depois de uma apreensão da feira em seus aspectos visíveis e exteriores, passo a visualizar sua dinâmica interna a partir do componente humano dessa paisagem de exposição multivariada de bens culturais de consumo, que ganham vida através das relações de compra e venda e outras mais. O componente humano foi visto do plano da segmentação interna da feira, começando pelos feirantes e fregueses, e o pessoal de suporte, como os balaieiros, carregadores, os funcionários da administração da feira, e os animadores da feira, cantadores, raizeiros com suas performances, mendigos e prestadores de outros serviços como os barbeiros, prostitutas etc.

Feirantes: categoria que corresponde a uma gama de vendedores da feira com vínculos distintos com as formas de comércio presentes na feira, como armazéns, boxes do mercado, barracas e ambulantes. Os proprietários de armazém de grosso e varejo assim como os dos boxes vendem seus produtos abrigados; os feirantes propriamente



são os que vendem nas barracas ou bancos de feira cobertos de lona, sujeitos ao calor e as chuvas; os ambulantes vendem réstias de alho e bugigangas em geral, seriam os ilegais sujeitos ao “rapa” dos fiscais, que se safavam em meio ao labirinto da feira.

Fregueses: categoria que se distinguem em função do poder aquisitivo e a sua procedência, urbana dos moradores da cidade, ou rural dos moradores de sítio localizados nas zonas rurais das cidades do entorno, e ocasionalmente visitantes de outras paragens ou turistas. Costuma-se distinguir o tipo de freguês ou consumidor em função do horário da ida às compras. No primeiro horário que vai das 6 horas até no máximo 11 horas da manhã, a feira era frequentada pelos fregueses mais abastados que encontravam as mercadorias em melhor estado e com preço mais elevado. E à medida que ia entardecendo acorriam os fregueses empobrecidos e pobres para comprar o que sobrou e para barganhar preços mais baixos, e no fechamento da feira vinham aqueles que não podiam pagar nada, para juntar as sobras deixadas pelos feirantes em estado depreciado que não serviam mais para vender. Esta seria uma estratégia de sobrevivência para muitos moradores da cidade sem renda, ou renda insuficiente para comprar a comida de cada dia. Informações colhidas dos feirantes relatam a perda progressiva da freguesia urbana local que tem preferido o supermercado, pelas comodidades como estacionamento próprio e melhores condições de higiene dos produtos frescos. Na feira o freguês tem que circular a pé, já que é proibida a circulação de veículos dentro da feira, expostos ao calor e chuva.

Balaieiros: categoria de prestadores de serviços tradicionais da feira que para a comodidade dos fregueses carregavam em balaios as mercadorias adquiridas ao longo da feira mediante pagamento. Para os moradores perto da feira os balaieiros conduziam a feira até a casa do freguês, recebendo gentilezas como um café da manhã. Eles formavam um segmento pitoresco da feira, reunidos em grupos nas entradas da feira usando como identificação um chapéu de couro improvisado feito de bola de futebol (como um acessório indispensável para o manejo do balaio na cabeça) com uma chapa numerada na frente. Já o balaio é feito de um entrançado de cipó duro e resistente, no qual eram arrumados os produtos da feira, de modo a conter o máximo possível. Esta categoria se encontrava em declínio na época da pesquisa, devido à diminuição dos fregueses de maior poder aquisitivo. Registros de memória contam que balaieiros se



perdiam com a feira de suas freguesas, pela dificuldade de acompanhar o freguês com o balaio pesado e o trânsito de fregueses e outros balaieiros, causando prejuízos aos fregueses e perda de confiança no balaieiro.

Carregadores: categoria de trabalhadores que atuam na descarga das mercadorias que são levadas para feira, espécie de estivadores, que se reúnem em um largo destinado às descargas de mercadorias, situado no ponto mais distante do centro da cidade. Depois eles conduziam as mercadorias até os pontos de comércio, armazéns, mercearias e os demais feirantes, após a descarga dos caminhões. Os produtos de maior volume transportados nas costas dos carregadores eram as peças de carne, os sacos de cereais e farinhas.

Cantadores e animadores de feira: nesta categoria incluíam-se os que apresentavam seus espetáculos de cantoria e emboladas em troca de gratificações dos assistentes, bem como aqueles que vendiam seus produtos em meio ao espetáculo, apresentando as qualidades do produto ao freguês. Esta categoria de integrante da feira se define pelo papel de dar entretenimento aos frequentadores, emprestando a ela uma atmosfera alegre. Os cantadores são repentistas, improvisadores que cantam motes pedidos pelos assistentes, outros tocam e cantam músicas de um repertório musical dos forrós de autores localmente conhecidos. Entre os animadores/vendedores estava o famoso homem da cobra, que realiza uma apresentação bizarra de animais, com destaque para as cobras, num discurso prolixo, (daí a expressão “fala mais que o homem da cobra”) para celebrar as qualidades terapêuticas de suas garrafadas. Eles oferecem remédios para tratar de enfermidades da pele, parasitoses intestinais, por seus efeitos vermífugos, em que havia entre os presentes aqueles que testemunhavam curas. Seu discurso atraía o público que assistiam ora incrédulos, ora atentos. Há ainda os poetas populares e seus folhetos de cordel, que vendiam os folhetos e recitavam seus versos aos interessados, junto com outros produtos como raízes medicinais, como forma de compensar a crise nas vendas dos seus versos. Esta atividade mostrava sinais de franca decadência no ambiente da feira, já que muitos poetas migraram para o sul para divulgar sua produção nas feiras dos nordestinos de lá, onde encontraram melhor receptividade para os folhetos.



Funcionários da administração da feira: segmento minoritário que atua sob a direção do administrador da feira, que trabalha em um escritório situado no mercado central pertencente à prefeitura da cidade, e realizam inspeções esporádicas, na busca de feirantes clandestinos ou de infrações contra o código de posturas que regulamenta as atividades da feira.

Mendigos: grupo formado por uma gama variada de personagens que para ali se dirigiam para sua atividade de peditário, pela circulação de dinheiro e comida, esperavam amealhar um pouco das almas caridosas. Eles se apropriaram do espaço da feira, tanto quanto os feirantes. Os mendigos pitorescos, doidos mansos e alegres presentes na minha memória, com deficiências ou deformidades físicas, ou grandes feridas nas pernas, fissuras labiais, os retardados mentais estavam desaparecendo, restando os tristes e miseráveis mendigos, tachados de preguiçosos, que sobrevivem do mínimo. Os tipos mais tradicionais eram os cegos que demandavam por esmola ao som de cantilenas tristes acompanhadas por instrumentos como reco-reco, pandeiro, sanfona entre outros. As famílias de mendigos sentados no chão formadas por um casal ou uma mulher que se dizia mãe de crianças sujas e catarrentas, a mercê dos chutes involuntários dos passantes, à espera de compaixão. E por fim, os velhos e os menores de rua, cada vez mais dominantes no cenário da feira. Esses personagens compõem o universo onírico e fantasmagórico da feira que povoaram minha memória infantil, invocados pelos adultos para amedrontar as crianças.

Prostitutas: esta categoria de prestadoras de serviço circulava em um espaço próprio, na zona do baixo meretrício, estando suas atividades na época circunscritas a um conjunto de prédios envelhecidos que serviam para abrigar os serviços sexuais de aluguel, bem como moradia das prostitutas, sob o comando das donas do negócio. Na área havia barracas de bares onde se bebericava ou se embriagava ao som de uma música de gosto duvidoso em alto volume, onde circulavam as prostitutas formando um cenário dos livros de Jorge Amado. O aspecto das prostitutas jovens revelava pobreza e maus tratos, assim como as matronas que exploravam os bordéis. Com a decadência dos prédios, a clientela antes formada pelos comerciantes, na época da pesquisa era formada por segmentos mais pobres da feira, os vindos da roça e dos sítios. Havia um interesse de tombamento desses prédios considerados de valor histórico, mas nada de



concreto foi feito.

Continuando o percurso de reconhecimento do ambiente da feira, o passo seguinte foi tentar fazer uma tipologia dos bens comercializados na feira, que pela sua diversidade vai muito além dos bens *in natura* para o abastecimento alimentar das famílias. O olhar foi aguçado para os bens que passaram por um processo de transformação artesanal, compreendidos como parte do universo da cultura popular. Os bens identificados teriam uma vinculação histórica com o modo de vida do lugar, com uma dieta alimentar regional/tradicional e com um modo artesanal de produzir, na indústria caseira ou em oficinas de quintal. Após várias tentativas de criação de uma tipologia dos bens ou produtos artesanais, o critério de distinção usado foi a finalidade do produto e a matéria prima principal, e como a feira é sobretudo um lugar de abastecimento alimentar, a classificação começa por eles conforme a seguir:

Produtos comestíveis: de origem animal (carne de sol; e laticínios, queijos, manteiga de garrafa etc.); doces de leite e frutas variadas (goiaba cascão, banana, coco e cocadas) bolos de mandioca, pé de moleque, e milho; a base de açúcar, as galinhas, chupetas e pirulitos de açúcar, e de rapadura (as puxa-puxa e alfenim).

Utensílios: de fibras vegetais (as peneiras urupema, cestas e sacolas trançadas, colchões de capim); de algodão (as redes e mantas); de barro (as panelas, os filtros, jarras e jarros, brinquedos de barro); de madeira (tamboretas, apitos, brinquedos, carros, mobiliário de casa de boneca); de couro (alpercatas, botas, gibões, selas, chapéus); de flandres (recipientes de leite; aguadores, baldes, bacias). Os utensílios têm destinação diversa, seja para as cozinhas e jardins, ou para atividades de pecuária e caça, além de brincadeiras de criança.

Produtos medicinais e literatura de cordel: plantas medicinais, raízes, pós, unguentos e garrafadas; folhetos de cordel. Os produtos medicinais são prescrições do conhecimento popular caseiro bem como de curandeiros e rezadeiras.

Produtos religiosos: imagens de santos e orixás, velas, amuletos, preparados para banho de cheiro e limpeza. Os produtos religiosos são igualmente prescritos por pais de santo em receituário para prestação de serviços mágico-religiosos.



Serviços tradicionais: barbeiro, consertos de sapato, panelas, amoladores de faca e tesouras, etc. Serviços usados pelos frequentadores da feira. Após apresentar os componentes da feira, em sua composição interna desde sua estrutura espacial, os fluxos de pessoas e coisas, resta construir uma interpretação das relações externas da feira em seu papel no contexto da cidade.

4. Feira, universidade e festa: ressignificando a identidade da cidade

O processo de decadência vivido pela feira de Campina Grande percebido em fins dos anos 1980, em contraste com a memória da minha infância no início dos anos 1960, quando ela se mostrava muito dinâmica, levou a um questionamento sobre o que ela ainda representava para os campinenses.

Até finais da década de 1960 a feira despontava na cidade como uma instituição reconhecida regionalmente e até nacionalmente e a cidade buscava ainda manter a importância comercial para região, ao menos como um papel simbólico. Porém, pouco a pouco os moradores da cidade foram deixando de se vangloriar da sua feira, passando praticamente a ignorá-la, de modo que ela passou por um visível abandono, não apenas pela indiferença de boa parte dos campinenses mais jovens, como também pela inexistência de ações do poder público de conservação e melhoria da feira e do mercado público, adotando medidas emergenciais tão somente. Os feirantes e comerciantes não demonstravam interesse em lutar por essas melhorias, por não contarem com apoio da população, apesar do seu papel na história do cotidiano local, do qual uma parte significativa da população viveu. Campina Grande já vivia na época a perda de posição como pólo regional comercial, enfraquecendo sua posição perante boa parte do interior, quando dividia com a capital esta influência. Finalmente a capital João Pessoa passou a exercer sua influência sobre todo o estado, de modo que a economia local foi limitando seu raio de influência para uma região cada vez menor.

Contudo, este quadro foi sendo compensado pelo desenvolvimento de outra atividade, o ensino universitário, de caráter tão irradiador quanto o comércio, por atrair pessoas de fora da cidade e de toda a região. O primeiro núcleo universitário surgiu nos anos 1950/60, com a fundação de dois estabelecimentos isolados, a Escola Politécnica – Poli (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas – FACE, seguidos pelas Faculdades

de Filosofia e Serviço Social, e a Faculdade de Administração e Química, e mais tarde de Direito e Odontologia. Em 1960 com a criação da Universidade Federal da Paraíba, seguindo um inovador modelo multicampi composto por sete campi, Campina Grande recebeu o Campus II ao agregar a Poli e a FACE (UFPB 1973). As demais escolas foram reunidas em 1966 dando origem a Fundação Universidade Regional do Nordeste – FURNe, que após sucessivas crises com tentativas sem sucesso de federalização, finalmente se constituiu como a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB 2016). Em 2002 assim o Campus II da UFPB ganhou autonomia com a criação da UFCG. Todas as escolas isoladas foram reunidas formando dois campi situados um ao lado do outro, o campus da UFCG e o campus da UEPB, em área mais ampla e com uma estrutura física mais robusta.

Deste relato percebe-se que Campina Grande viveu dois processos paralelos na formação de seus centros universitários, um com jurisdição e suporte de verbas federais, e o outro que pareceu mais interessante por ter sido fruto dos esforços de uma elite local. A FURNe conseguiu não só se manter como se expandir com a oferta de um número variado e talvez maior de cursos que a UFPB, impedida pela existência dos mesmos cursos no Campus I em João Pessoa. Devo ressaltar a singularidade deste processo vivido por Campina Grande em relação a Caruaru e Feira de Santana, que tiveram experiências históricas comuns, mas seguiram caminhos distintos, investindo em empreendimentos industriais, seja Caruaru com a indústria da moda e Feira de Santana com laticínios. Embora Campina Grande tenha participado da industrialização com os incentivos da Sudene, não houve continuidade já que com o fim dos incentivos as indústrias se transferiram de lá.

Enquanto o centro universitário de Campina Grande se consolidava e se mostrava uma atividade duradoura, terminou por transformá-la em uma cidade universitária, com muitos alunos e professores vindos de outras regiões, dando outros ares a cidade. Já a feira se mostrava estagnada e sem um olhar do setor governamental ou da sociedade para sua reabilitação, sofrendo um processo de saturação e deterioração. Ao mesmo tempo, a cidade ganhou notoriedade e reconhecimento nacional em suas formações tecnológicas, como a engenharia elétrica e a computação. A gestão do reitor Lynaldo Cavalcanti teve um papel crucial para visibilidade e credibilidade da UFPB e do



Campus II, quando atraiu muitos professores brasileiros e estrangeiros vindos com suas capacitações de doutorado de universidades do exterior.

Campina Grande concentrou seus melhores esforços na formação de um sólido centro universitário, que gerou naturalmente a modernização da cidade, voltando às costas para as atividades tradicionais, sobretudo a feira. Nos anos 1980, enquanto a universidade recebia incentivos para crescer, a Prefeitura da cidade encomendava estudos para descentralização da feira e sua realocação em feiras de bairros, para recuperar o espaço urbano central, considerando o surgimento das centrais de abastecimento nas periferias das cidades. Este processo foi gerando a perda de referências identitárias da cidade, construída a partir dos elementos tradicionais que compõem um modo de vida de cidade do interior mais próximo do mundo rural. Com uma população vinda de fora para compor a comunidade universitária sem raízes no lugar, os moradores da cidade já não se identificavam mais com sua feira e seus produtos, adotando novos hábitos e comportamentos de cidade grande, como fruto das interações com esta população flutuante que passava um tempo e ia embora. Não só alunos como professores de fora não se fixavam no lugar.

Neste processo se esboça uma visão dual que contrapõe as duas atividades, comercial da feira e de formação universitária, em pólos distintos em que o saber popular se opõe ao saber científico, chegando a um extremo de considerar que são incompatíveis e inconciliáveis entre si. Fugindo desta visão dicotômica, busquei encontrar elementos que permitissem o diálogo desses saberes, conforme Santos (2010), no surgimento de novas atividades.

Na vivência da cidade nos anos 1980, assisti um processo institucional patrocinado pela prefeitura municipal desde 1983 de realização do maior São João do mundo em Campina Grande com duração de trinta dias. Desta forma, o prefeito buscava divulgar a cidade e atrair um público grande para a festa em benefício da economia e política local (Chianca 2003, Lima 2008). A festa era planejada e organizada nos moldes da indústria cultural, criando deformações e artificializações no cenário da festa junina, para transformá-la e adaptá-la aos padrões da sociedade de consumo, com figurinos caros para os festeiros dançarinos de quadrilha, bem como para o público assistente. E se



Caruaru investiu na mesma época em uma festa concorrente, buscou retratar sua festa em um cenário dos arraiais das festas juninas. Já Campina Grande buscou um ambiente mais urbano e no meio de um cenário de cidade pequena, implantou um monumento esdrúxulo em formato de pirâmide, que substituiu o tradicional palhoção usado para a dança.

A festa junina constituiu uma estratégia econômica e política que conseguiu polarizar as atenções da população da cidade (LIMA 2008), mas para interpretação que busco aqui, ela teria um efeito simbólico significativo. No empenho de recompor o cenário da festa e ao procurar dentro de si os conteúdos tradicionais que remetem a feira, os moradores recuperaram um elemento esquecido da identidade, encontrando na festa a oportunidade de se manifestar. De fato, foi possível notar uma ressignificação no novo modo de ser dos moradores, e reconciliação com seu lado tradicional.

Esta valorização dos saberes e fazeres tradicionais se inscrevem no âmbito das abordagens antropológicas de reconhecimento da importância da cultura imaterial e da patrimonialização desses bens culturais, como expressão de cidadania (Arantes 1996; Lima 2015). Deixo como reflexão final, que a busca por compreender o lugar ocupado pela feira na cidade, foi motivada pelo interesse de chamar atenção dos moradores para a importância de repensá-la para reintegrá-la ao imaginário da cidade, através de um diálogo de saberes (SANTOS 2010) para a continuidade do seu processo de ressignificação identitária.

Referências

- ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. 2ªed. João Pessoa: Ed. Universitária-UFPB, 1979.
- ANDRADE, Maristela O. **Cultura e Tradição Nordestina: ensaios de história cultural e intelectual**. 2ªed. João Pessoa: Manufatura, 2000.
- ARANTES, Antônio A. “**Introdução – Cultura e Cidadania**”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, IPHAN, v. 24, 1996.
- CASCUDO. Luiz da Câmara. **Civilização e Cultura**. Vol. II, Rio de Janeiro/Brasília: INL/MEC, 1973.
- CHIANCA, Luciana, **São João na cidade: ensaios e improvisos sobre a festa junina**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª



ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE – FURNe, **Relatório das Atividades**. Campina Grande. s.d.

JOFFILY, Ireneu. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I, Brasília:Thesaurus, 1977.

LIMA, Elizabeth C.A. **A fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. 2ªed. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

LIMA, Manuel Ferreira. **Cidadania patrimonial**. Revista Antropológicas. V. 26 (2) p.134-155, 2015.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MOTT, Luís. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num Município sergipano do Baixo S. Francisco, Unicamp, mestrado, 1975.

SANTOS, Boaventura S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura S.; Meneses, Maria P. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez. 2010.

SANTOS, José Luis. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

UEPB. **Projeto Político Pedagógico de Curso** – PPC Administração (bacharelado) Campina Grande: EDUEPB, 2016.

UFPB. **Relatório Geral das Atividades da UFPB**. João Pessoa: Imprensa Universitária. 1974.